

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011

N.º 5/2011

DIA: Catorze de dezembro do ano de dois mil e onze.-----

HORA: Dezanove horas e trinta minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre do Edifício Municipal de Vale de Cambra.-----

O PRESIDENTE: Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho (PPD/PSD);-----

1º SECRETÁRIO: Dr. António Fernando Pina Marques (PPD/PSD);-----

2º SECRETÁRIO: Eng.ª Maria de Fátima de Castro Soares da Silva Fonseca
(PPD/PSD);-----

PPD/PSD – Dr. António Paulo Soares Barbosa;-----

PPD/PSD – Dr. Carlos Alberto Sousa Matos;-----

PPD/PSD - Dr.ª Rosa Anita Ferreira Teixeira Silva Conrado;-----

PPD/PSD – Manuel Domingos da Costa Tavares;-----

PPD/PSD – Dr.ª Célia Maria dos Santos Tavares;-----

PPD/PSD – Eng.º Jorge Miguel Martins Quental;-----

PPD/PSD – Dr.ª Maria de Fátima Marques Teixeira Gomes Martins dos Santos;---

CDS/PP – Eng.º Aníbal Moreira da Costa;-----

CDS/PP – António Gomes;-----

CDS/PP – Dr.ª Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

CDS/PP – Albano de Oliveira Braga;-----

CDS/PP – Dr.ª Maria Silvina de Almeida Sá Vale Pissarra;-----

CDS/PP – Dr.ª Sofia Almeida Silva Ferreira;-----

CDS/PP – Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos;-----

PS – Dr. João Pedro Bastos Silva;-----

2011.12.14

PS – Dr.^a Maria do Rosário Simões de Carvalho;-----

PS – Manuel Sousa de Pinho;-----

INDEPENDENTE - José do Nascimento Peres;-----

PPD/PSD – Carlos Manuel Almeida Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Arões;-----

PPD/PSD – Rogério Brandão dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, que chegou mais tarde como se faz referência.-----

PPD/PSD – Manuel Correia Campos, Presidente da Junta de Freguesia de Codal;

PPD/PSD – Manuel Joaquim Rodrigues Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, que chegou mais tarde como se faz referência;-----

PS – João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra;-----

PPD/PSD – Carlos Manuel de Almeida Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge;-----

PPD/PSD - Jorge Tavares da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões;-----

PPD/PSD – Vítor Manuel Ribeiro Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã;-----

PPD/PSD – Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho, que chegou durante o período de antes da ordem do dia, como se faz referência.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18-09, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11-01, encontram-se presentes em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, Eng.º José António Bastos da Silva e os Vereadores Dr.^a Adriana Helena Silva Rodrigues, Dr.^a Elisabete Soares Moreira da Rocha e Dr. José Pedro Vieira de Almeida.-----

2011.12.14

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que após comunicação da impossibilidade de estar presente do Sr. Dr. Rodrigo Oliveira da Silva e do Sr. António dos Santos Sousa, foram convocados nos termos da Lei, respetivamente, o Sr. Dr. Carlos Alberto Sousa Matos e Dr.^a Sofia Almeida Silva Ferreira, para preencher as vagas e participar nos trabalhos da sessão. -----

Correspondência recebida desde a última sessão: o Sr. Presidente da Assembleia destacou o ofício de 6 de dezembro corrente, da Assembleia Municipal de Macieira de Cambra relativo ao voto de protesto apresentado pelo membro da Assembleia daquela Freguesia, Dr. José António Abrantes Soares, da bancada do CDS-PP e em nome próprio, contra a deliberação tomada pela Assembleia Municipal, sobre o aumento do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis; o ofício de 14 de novembro de 2011, da Juventude Socialista de Vale de Cambra, relativo à proposta para uma discussão participativa, livre e democrática do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano; o ofício de 5 de dezembro corrente, da Área Metropolitana de Lisboa que remete a deliberação da Assembleia Metropolitana aprovada na sua sessão do dia 28 de novembro de 2011, referente ao processo eleitoral e as competências das áreas metropolitanas; o ofício de 2 de novembro de 2011, da Área Metropolitana do Porto, que remete a moção do PS sobre a “Reforma da Administração Local “ e a moção da CDU “Em defesa do Poder Local Democrático” aprovadas por maioria na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 28 de outubro de 2011; a carta de 17 de novembro de 2011, remetida por António Jorge Leite de Pinho, sobre a intervenção do Sr. Albano Oliveira Braga na sessão da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, sobre o Ensino Superior em Vale de Cambra, cujo conteúdo foi lido na íntegra e se transcreve: -----

“Chegou ao meu conhecimento, há já algum tempo, que o Sr. Albano Oliveira Braga, na sua qualidade de deputado municipal e na reunião da Assembleia de

2011.12.14

22 de Junho deste ano, na sua intervenção, terá feito algumas afirmações relacionadas com a possibilidade de, há pelo menos três anos, já ter sido criado o Ensino Superior no nosso concelho, declarações essas suportadas em conversa ou conversas que terá tido comigo e com outras pessoas. Tenho na minha frente fotocópia da parte da ata daquela Assembleia que relata a referida intervenção.

Permita-me V. Ex.^a que lhe transmita o seguinte: -----

1 .Nunca disse ao Sr. Albano Braga, ou a qualquer outra pessoa, a sós ou acompanhado, nomeadamente na presença do Sr. Dr. António Fonseca e da Sr.^a Eng.^a Marta Pinho, há mais de três anos, nem há menos, que a Autarquia não quis ou não teve disponibilidade para pagar trinta a quarenta mil euros para a deslocação dos professores da Universidade do Porto para Vale de Cambra.-----

2. O Sr. Albano Braga diz que, cito, "na altura havia uma decisão entre os Ministérios da Economia, do Trabalho e do Ensino Superior na pessoa do Ministro Dr. Mariano Gago, para que, se Vale de Cambra quisesse, de imediato houvesse Ensino Superior em Vale de Cambra". Nunca soube de tal decisão, nem nunca ouvi dizer que o Ensino Superior alguma vez tenha resultado de um acordo de tais Ministérios.-----

3. Tal decisão é também, no mínimo, estranha, porque não tenho conhecimento de qualquer pedido formal para a criação de um curso de Engenharia, ou de qualquer outro do Ensino Superior, antes do efetuado no ano passado pelo IPP/ISEP. -----

4. A minha filha Eng.^a Marta, "há pelo menos três anos" como diz o Sr. Albano Braga, não era Diretora da Escola Tecnológica. -----

5. Finalmente, devo acrescentar que sou testemunha, com absoluto conhecimento de causa, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal e V. Ex.^a, para além de outras entidades, têm feito, ao longo dos anos, todo o esforço no sentido de que seja criado o Ensino Superior em Vale de Cambra." -----

2011.12.14

Foi ainda dado conhecimento do ofício de 5 de dezembro corrente, da FORESP – Associação para a Formação e Especialização Tecnológica – Escola Tecnológica de Vale de Cambra, com esclarecimentos face à intervenção do Sr. Albano Oliveira Braga na sessão da Assembleia Municipal de 22 de Junho de 2011, sobre o Ensino Superior em Vale de Cambra, cujo conteúdo foi lido na íntegra e se transcreve:-----

“Tendo tomado conhecimento, através da ata pública da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, de 2011.06.22, que o meu nome havia sido referido pelo Sr. Albano Braga como tendo com ele participado em reuniões, onde o assunto "Ensino Superior em Vale de Cambra" teria sido discutido, venho informar V. Ex.^a, que: -----

1. Não participei em reuniões, como a ata refere, mas sim apenas numa reunião que teve lugar nas instalações da Metalúrgica Progresso, a pedido do Sr. Albano Braga, onde o assunto tratado se referia a uma melhor e desejável articulação entre os Cursos de Nível III ministrados pelos Centros de Formação das Empresas da Região e os Cursos de Nível IV ministrados pela Escola Tecnológica. O Sr. Albano Braga, responsável pelo Centro de Formação da Metalúrgica Progresso, mostrou toda a disponibilidade para colaborar com a Escola Tecnológica em tudo o que fosse possível, nomeadamente nos contactos com a tutela, Ministério da Economia, uma vez que ele tinha acesso privilegiado aos responsáveis pela formação profissional daquele Ministério. -----

2. Nem nessa reunião, ou em qualquer outro momento, foi discutida a criação do Ensino Superior em Vale de Cambra e, muito menos, as condições a reunir para que tal iniciativa pudesse ser concretizada. Com é obvio e também do conhecimento de V. Ex.^a, a autorização de funcionamento de um Curso Superior (Licenciatura), depende única e exclusivamente do Ministério do Ensino Superior e não da articulação deste com outros ministérios, em particular do Trabalho e da

2011.12.14

Economia, pelo que a afirmação do Sr. Albano Braga quanto a existência de uma decisão conjunta daqueles ministérios, não tem qualquer fundamento, nem faz qualquer sentido. -----

3. É pública e já antiga esta aspiração das várias Entidades de Vale de Cambra, quanto a criação de cursos de nível superior que pudessem formar quadros para suprir as necessidades do tecido empresarial da região. De todas as referidas entidades, merece especial destaque a Câmara Municipal, que desde há alguns anos e nos diferentes exercícios tem, como é do meu conhecimento, estabelecido protocolos com o Instituto Politécnico do Porto, primeiro para o desenvolvimento harmónico de Cursos de Especialização e depois, como grande objetivo, a criação de uma extensão do Instituto Superior de Engenharia que pudesse responder aquela velha aspiração. Esta concertação entre a Câmara Municipal e o Instituto Politécnico do Porto, através do seu Instituto Superior de Engenharia, permitiu já ultrapassar algumas etapas deste longo processo, contudo as dificuldades financeiras que o País atravessa, não permitiu ainda concretizar a realidade de uma Licenciatura em Vale de Cambra. -----

Julgo Senhor Presidente ter contribuído para o esclarecimento dos factos referidos em reunião da Assembleia Municipal de 2011.06.22, onde o meu nome foi indevidamente envolvido e politicamente aproveitado por quem comigo não teve mais do que uma reunião institucional, a qual acedi na qualidade de Presidente da Direção da FORESP (em representação do Instituto Politécnico do Porto), para tratar de assuntos relativos a formação profissional. Pedia-lhe Senhor Presidente que dos meus esclarecimentos, desse conhecimento a Assembleia a que V. Ex.^a preside, por forma a que a verdade seja reposta e não restem quaisquer dúvidas quanto a minha participação em factos a que sou completamente alheio. Com os mais respeitosos cumprimentos, sou com toda a consideração de V. Ex.^a.”-----

2011.12.14

Pelo Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, foi colocado à consideração dos deputados municipais presentes, um voto de pesar pelo falecimento a 6 de dezembro corrente, do Sr. Rogério Silva, pai do vereador da Câmara Municipal, Eng.º Jorge Manuel dos Santos Silva, aprovado por unanimidade dos vinte e oito deputados municipais presentes.-----

Chegaram à sessão o Sr. Rogério Brandão dos Santos e o Sr. Manuel Joaquim Rodrigues Almeida, Presidentes das Juntas das Freguesias de Cepelos e de Junqueira, respetivamente.-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

O Sr. António Gomes proferiu a seguinte intervenção, que se transcreve conforme documento entregue à Mesa: “O Senhor Presidente da Câmara disse numa reunião da C.M. em 12 de Julho de 2011, que manda efetuar análises aos Fontanários públicos em localidades onde não há rede pública de água; e bem. Só que é pura e simplesmente mentira; pois nunca vi em Cavião, onde não há rede pública a Câmara Municipal a fazer respetiva análise, e tenho um fontanário perto da minha habitação. Também fiquei perplexo ao ver tantos pedidos de indemnização por acidentes nas vias públicas Municipais; principalmente em Agosto, não será falta de sinalização; será desleixo dos responsáveis ou será falta de respeito pelos automobilistas que nelas circulam?-----

Segundo uma informação do senhor vereador Dr. Pedro Almeida em reunião de Câmara Municipal de 20 de Setembro último, sobre os Painéis nos telhados das casas, creio que a Câmara Municipal está a proceder bem, não os autorizando, ou autorizando os que imitam a telha; ficam mal aqueles painéis lisos, parecendo as casas, exemplo (junto à Vicaima, etc.) que mais parecem fábricas ou garagens descaracterizando a paisagem no concelho, devendo por isso continuar a ter-se cuidado redobrado nestas situações;-----

2011.12.14

Também já foi decidido e bem, a situação dos táxis no concelho; só que a meu ver continua tudo na mesma, ou não há dinheiro para sinais;-----

Quero dar o meu incondicional apoio a Câmara Municipal no Processo n.º 40/05 na sequência de uma reclamação de Adelino Ramos Quental, sobre o terreno de logradouro da Escola Primária em Cavião. Existem ainda no lugar de Cavião e Areal dezenas e dezenas de pessoas que frequentaram aquela Escola Primária e sabem bem os limites do logradouro da mesma; podem contar comigo se entenderem ser preciso.-----

Quanto a uma notícia que li num jornal da Terra de um colega meu de Bancada, por causa de um poço em Lordelo, Vila Chã, adquirido pela esposa de V. Ex.^a só posso fazer uma coisa Senhor Presidente da Câmara: Pedir-lhe desculpa; Num País onde todos os dias lemos nos jornais nacionais incriminações de Presidentes de Câmara que desviam milhões nomeadamente o Isaltino Morais que tem um sobrinho taxista, rico, na Suíça, estando prestes a ir para a prisão por outros casos de corrupção, um Mesquita Machado de Braga, o Ferreira Torres, até o nosso amigo Ápio Assunção de Oliveira de Azeméis já o foi etc., etc; e então V. Ex.^a por uns míseros 900 euros também é corrupto? Não posso acreditar, não entro nessa. -----

Quero desejar um Bom Natal e um Bom Ano a todos os Cambrenses aqui presentes e ao Povo.”-----

Interveio o Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares perguntando em que situação está a parceria público privada referente ao abastecimento de água e saneamento.-----

Relativamente à recente entrevista da Sra. Vereadora Dr.^a Adriana Rodrigues sobre a classificação do Trebilhadouro como “Aldeia de Portugal” e os benefícios diretos e indiretos da referida classificação, perguntou se a câmara tem programado algumas obras para a Aldeia da Felgueira em Arões, quais e para

2011.12.14

quando, uma vez que esta aldeia também mereceu a classificação de “Aldeia de Portugal” há já alguns anos.-----

O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa manifestou solidariedade para com o Sr. Albano Braga, porque de facto aquele foi visado numa comunicação de pessoas externas à Assembleia, sendo de maior importância tomar em conta esta situação. A Assembleia Municipal está a ser observada no exterior, devendo cada um ter cuidado quando exerce a sua função. Acha que a Assembleia Municipal deve mostrar solidariedade quando são enviadas cartas à Assembleia Municipal sobre a conduta de um Deputado Municipal merecendo o assunto uma análise não estando em causa a pessoa mas sim o cargo que sujeita o cidadão a um escrutínio popular pelas posições tomadas e defendidas em sessão.-----

Acrescentou que não aceita o facto de um deputado municipal ter chamado o Presidente da Câmara Municipal de corrupto, sem apresentar as devidas provas da ilegalidade, aconselhando a que seja feita uma retratação.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva referiu que no comunicado de imprensa feito pelo Sr. Presidente da Câmara, relativamente às acusações graves feitas por um deputado municipal em sessão da Assembleia Municipal, este devia ter mencionado qual o deputado, sugerindo que em próximos comunicados a pessoa em questão seja identificada, porque todos os deputados municipais ficam assim sujeitos a um juízo popular.-----

Questionou qual o valor do reequilíbrio financeiro do Parque de Estacionamento, questão em aberto desde Junho, e o aumento do valor da taxa de ocupação do Parque de Estacionamento Subterrâneo.-----

Sobre a intervenção do deputado municipal, Dr. António Paulo Soares Barbosa referiu que as pessoas que remeteram as cartas, sobre o proferido pelo deputado municipal Sr. Albano Oliveira Braga, em sessão passada, deveriam fazer a sua defesa presencial no espaço de intervenção do público se se sentiram difamadas,

2011.12.14

apesar de não ser contra à sua atual defesa escrita. Acha que a população deveria ser informada sobre a possibilidade de se manifestar nesse período de intervenção. -----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que a convocatória é pública sendo afixados editais, que também são publicados em jornal, onde é mencionado o período de abertura ao público, ao qual têm vindo os contribuintes, tanto nas reuniões de Câmara como nas sessões da Assembleia. Acrescentou que as pessoas são livres de se apresentarem por escrito ou presencialmente, não podendo o Presidente da Assembleia impor qual a forma de o fazerem. Sugere aos deputados municipais a permanente apologia da presença e participação dos cidadãos.-----

O Sr. Albano Oliveira Braga agradeceu as palavras do Dr. António Paulo Soares Barbosa e referiu que no exercício das suas funções faz parte do Conselho Consultivo da Agência Nacional para a Qualificação, IP (ANQ), que está sob a tutela dos Ministérios do Trabalho e da Educação, participando ao longo dos anos em reuniões regulares no Ministério do Trabalho e da Educação, apreciando referenciais de formação curriculares tendo sido referida a Escola Tecnológica numa dessas reuniões e apontada uma solução prevista e que tinha o acordo do Ministério do Trabalho e da Ciência e da Tecnologia e do Ministério da Educação que era a de que o Instituto Politécnico do Porto fizesse a integração da Escola Tecnológica para assim, esta ter o Ensino Superior, ultrapassando-se daquela forma a questão do financiamento. Referiu que o Eng.º Afonso Fernandes não negou ter tido uma reunião na Metalúrgica Progresso, sobre a integração do Ensino Superior, tendo falado com o Presidente do Conselho de Administração. Referiu que outras pessoas estão envolvidas no assunto sendo dada resposta e as necessárias explicações posteriormente.-----

2011.12.14

O Sr. António Gomes diz que quer somente repudiar a afirmação do Dr. António Paulo Soares Barbosa por achar que as suas palavras não ofendem o Sr. Presidente da Câmara, antes pelo contrário. A exemplo fez uma alusão ao que foi dito por Pilatos aos Judeus quando estes foram reclamar as insígnias "Jesus Nazareno, Rei dos Judeus" inscritas na Cruz de Cristo: *Scriptum, Scriptum* - o que escrevi, escrevi.-----

O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa respondendo ao Sr. António Gomes, referiu que o que está dito está dito e que fique bem claro que aquele disse que o Sr. Presidente da Câmara é corrupto. Arremessou a pedra e escondeu a mão atrás de uns floreados, referindo alguns Presidentes de Câmara, alguns até do CDS/PP. Referiu ainda que o Presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra não tem nenhum processo judicial pendente contra si.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal mostrou o seu descontentamento pelos excessos de linguagem utilizados nesta Assembleia, o que não abona para o prestígio que esta merece. -----

Esclareceu o deputado municipal, Sr. António Gomes, dizendo-lhe que é feita análise da água em todos os fontanários onde não exista rede pública de abastecimento de água e assim continuará.-----

Quanto à liberalização das praças de táxis, referiu ser intenção começar este processo em Janeiro próximo, por entender que o início do ano será a altura ideal para alterar um sistema que tem já várias dezenas de anos.-----

Alertou para que não se confundam parcerias público-privadas com empresas municipais, pois a Câmara Municipal criou uma empresa municipal de águas e, pretende vender 49% do capital social da empresa. Se a referida empresa não alcançar os resultados esperados poderão acabar com a mesma a qualquer momento. Numa parceria seriam vendidas as infraestruturas por milhões de euros e seria difícil depois acabar com tal parceria. Quanto ao procedimento de

2011.12.14

negociação para a seleção de um parceiro privado, informou terem sido pedidos esclarecimento por parte dos concorrentes, tendo a Câmara Municipal aprovado na sua última reunião as respetivas respostas, indo os concorrentes de seguida apresentar as suas propostas.-----

Em relação às aldeias classificadas, referiu a necessidade do investimento privado na criação da oferta turística, restauração e alojamento, podendo eventualmente a Câmara tomar a liderança numa primeira fase ou ser parceria, mas depois disso cabe à sociedade civil conduzir o processo. Depois da classificação, não compete à Câmara Municipal desenvolvê-la, instalar lá os restaurantes ou os alojamentos. A este propósito referiu que a 31 de outubro deste ano, Vale de Cambra tinha uma taxa de desemprego a 4,61%, o que é considerado desemprego residual (até 5%), sendo o ramo hoteleiro um possível caminho para estas pessoas que se encontram desempregadas. Informou que na aldeia do Trebilhadouro apareceram 3 parceiros, esperando-se que na Felgueira também apareçam interessados que, em parceria com a Câmara, possam alavancar o desenvolvimento da aldeia.-----

Relativamente à intervenção do Dr. João Pedro Silva, referiu o Sr. Presidente que a nota que fez publicar no jornal foi em resposta a um artigo publicado no mesmo jornal, portanto estava bem identificado que se referia ao autor desse artigo.-----

Quanto à VCP tem havido constante trabalho, na procura de uma fórmula de cálculo do reequilíbrio, a qual não estava bem especificada no caderno de encargos, tarefa que não tem sido fácil. O que ficar definido agora vai valer para o tempo da concessão. Estão empenhados em definir a melhor fórmula que defenda os interesses da Câmara Municipal, a empresa defenderá os seus. Disse estar a recorrer a gabinetes especializados na matéria no sentido de defender os interesses da Câmara. Pretende até ao fim do ano fazer aprovar em reunião de Câmara um acordo que permita à empresa fechar o ano sem prejuízos e sem

2011.12.14

lucros, ou seja, com as contas regularizadas, ficando de no próximo ano se encontrar as regras do reequilíbrio que valham para os restantes anos da concessão. Informou que com as medidas tomadas a taxa de ocupação já aumentou quer no parque subterrâneo, quer no estacionamento à superfície, sendo que, cerca de 85% das pessoas apanhadas em transgressão, estão a fazer o pagamento de livre vontade, conforme o estipulado, sem haver necessidade de remeter à GNR para aplicação da coima.-----

De seguida, deu conta da seguinte nota que se transcreve na íntegra: “Na sequência de um escrito publicado nos jornais locais por um deputado municipal que visava a minha pessoa e o cargo que desempenho de Presidente da Câmara Municipal decidi proceder criminalmente contra o seu autor. Apesar da lei me conferir o direito a que as despesas fossem suportadas pela Autarquia quero aqui afirmar expressamente que o Município não gastará um cêntimo em todo o processo. Enquanto este estiver a decorrer nas instâncias próprias reservo-me sobre ele não me pronunciar.”-----

O Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares quis somente informar que tem conhecimentos do que é uma parceria público-privada e uma sociedade, achando que o governo, segundo notícias por ele lidas, vai proibir a criação deste tipo de entidades devido ao envolvimento de capital das Câmaras Municipais e os privados.-----

Relativamente à Aldeia da Felgueira, disse que os privados continuam a investir pois já abriu mais um restaurante e as pessoas estão a recuperar as casas, apesar de terem de fazer fossas sépticas, com os custos associados além dos maus cheiros inerentes em alguns meses do ano. A este respeito, alertou para a necessidade de resolução do problema do saneamento, que é grave. Chamou também atenção para a manutenção/limpeza do percurso pedestre PR1, coisas simples mas que ajuda ao desenvolvimento. Referiu ainda a necessidade de

2011.12.14

definir os critérios para a Aldeia da Felgueira a nível da construção, para não descaraterizar a aldeia.-----

Interveio Sr. António Gomes dizendo, em defesa da honra, que o Sr. Presidente da Câmara em reunião da Câmara Municipal de 03-05-2011, se referiu ao modo e linguagem utilizados pelos deputados municipais na sessão de Assembleia Municipal de 28 de Abril, como ataques à sua pessoa, voltando nesta sessão a repetir a mesma ideia. Acha que o Sr. Presidente da Câmara deve deixar a mania de que anda a ser perseguido, sendo que a sessão em si, é o local para expor opiniões, divergentes ou favoráveis sendo contudo o cargo de Presidente da Câmara, passível de situações destas pois que “quem não quer ser lobo não lhe veste a pele”.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após alguma celeuma gerada entre os deputados municipais, Sr. António Gomes e Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa, face à defesa da honra apresentada, lembrou aquilo que disse quando tomou posse, ou seja, é na Assembleia que se pratica uma das funções mais nobres duma democracia, a troca de opiniões, defesa de interesses coletivos e não pessoais, cabendo a cada um a responsabilidade de assumir o que diz.-----
A Assembleia pode não ser perfeita mas tem como objetivo desenvolver o Município e dar à Câmara Municipal todas as condições para fazer dentro da crise em que vivemos.-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal este respondeu ao Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares, sobre a recuperação de casas nas aldeias, informando-o que já foi aprovada em reunião de Câmara Municipal, a isenção de pagamento na totalidade nas licenças de reconstrução em núcleos rurais, aguardando-se a submissão do assunto à Assembleia Municipal, e no caso de haver ampliação, a isenção será de 50%. Já o faziam nas freguesias de Cepelos, Junqueira e Arões, mas agora é para todo o concelho. A Câmara Municipal

2011.12.14

também não cobra pela ligação à rede de água e saneamento, para que estas medidas contribuam para ajudar os jovens a fixar-se e não só. Entende o que sente o Sr. Manuel Domingos, pois a Felgueira não tem água e saneamento, mas entende dever fazer-se este compasso de espera até aparecer o parceiro privado para a empresa de águas. -----

Ausentou-se o Sr. Eng.º Aníbal Moreira da Costa; -----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011: O Sr. **Albano Oliveira Braga** solicitou a seguinte correção: no final da sua intervenção que começa na página 8 deve acrescentar-se que entregará um dossier ao Ministério Público e ao IGAL. Na folha 25 onde consta a votação da proposta de apoio à posição da Câmara Municipal sobre a alteração do horário do Centro de Saúde, deverá a votação ser retificada uma vez que não votou favoravelmente a mesma mas se absteve.-----

Efetuada a correção solicitada pelo Sr. Albano de Oliveira Braga, a **Assembleia Municipal deliberou** aprovar a ata da sessão ordinária de dezasseis de Setembro de dois mil e onze, por maioria de vinte e seis votos a favor e três abstenções dos deputados municipais: Dr.^a Sofia Almeida Silva Ferreira (CDS/PP), Manuel Sousa de Pinho (PS) e Sr. João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, com a seguinte correção à minuta dessa ata, na página sete, linha dezanove, onde se lê, aprovada por unanimidade, deve ler-se, aprovada por maioria com a abstenção do deputado municipal, Sr. Albano Oliveira Braga.-----

Pelo Presidente da Assembleia foi proposto o agendamento ao abrigo do artº 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do assunto “Delegação de competências nas

2011.12.14

Freguesia dos Municípios”, conforme ofício da Câmara Municipal nº 6130 de catorze de dezembro de 2011.-----

Posto o agendamento à votação, este foi aprovado por unanimidade dos vinte e nove deputados municipais presentes, sendo o ponto inserido na Ordem de Trabalhos com o número 2 procedendo-se à renumeração dos pontos seguintes.--

2- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO:

Presente a minuta da deliberação da Câmara Municipal, de 13 de dezembro corrente, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, a delegação de competências nas Freguesias do Município.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que como em todos os anos anteriores a Câmara Municipal transfere do seu orçamento uma verba às Juntas de Freguesia, delegando nelas algumas competências, sendo neste ano o valor reduzido tendo em atenção a situação difícil que se atravessa. Pretende-se que se aprove esta Delegação de Competências nesta sessão para que em finais de Janeiro possa ser feita a transferência de verbas, pretendendo-se assim minimizar as dificuldades que as Juntas atravessam neste momento.-----

O Sr. Jorge Tavares da Costa informou que vai votar favoravelmente, embora reconheça que foi um pouco dura a percentagem de redução, reconhecendo que a Câmara Municipal também levou os seus cortes um ano após o outro. Mais do que ninguém a Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões sofre com os cortes nas verbas transferidas, pois tem um quadro de pessoal extenso que envolve um gasto de 114.000,00€/ano. A Câmara Municipal poderia até nem transferir nada, nem competências nem verbas e aí a solução seria fechar-se a porta.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a delegação de competências nas nove Freguesias do Município nas áreas de Conservação e limpeza de valetas, bermas e caminhos na área da respetiva freguesia, Conservação e limpeza de ruas e passeios na área da respetiva freguesia, Colocação e manutenção de sinalização

2011.12.14

toponímica na área da respetiva freguesia, bem como a transferência de verbas, autorizando a celebração do respetivo protocolo a vigorar de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2012, com vinte e oito votos a favor e a abstenção do deputado municipal da bancada do CDS/PP, Sr. Albano Oliveira Braga, sendo os documentos referidos apensos à ata da sessão.-----

3.FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 29 de Novembro, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, a fixação da participação do Município no IRS em 5%;- -

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que a Câmara Municipal recebe 5% do IRS e o Estado 95%, tendo este concedido a possibilidade à Câmara Municipal de abdicar destes 5% a favor dos seus munícipes. Referiu que quando o Estado estiver na disposição de abdicar da sua parte, a Câmara poderá então ponderar a sua participação. A Lei refere que o Município poderá baixar a taxa no sentido de fixar população, o que realmente é necessário e, se isso resolvesse até abdicariam dos 5%, mas ainda assim uma análise feita pelos Municípios do litoral em que a participação destes no IRS é de 5% verifica-se que é onde existe mais população. Abdicar destes 5% significaria para os Munícipes uma poupança à volta de de 30€/ano, acha que não é por este valor que se troca este Município por outro. E para a Câmara estes 5% são imprescindíveis para poder continuar a aceder aos fundos comunitários e para cumprir escrupulosamente os compromissos bancários assumidos.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva referiu que com a leitura atenta da ata de 29 de novembro da Câmara Municipal, a sua bancada verificou que a verba de IRS diminuiu trinta mil euros de 2010 para 2011, prevendo-se contudo um aumento na ordem dos 20, 30 mil euros para 2012, mas isto não quer dizer que a qualidade de vida dos Valecambrenses melhorou ou que aumentaram o número de residentes. Isto é sinónimo do aumento dos impostos e de que os

2011.12.14

Valecambrenses vão ter mais dificuldades em pagar impostos. Não é uma questão de fixação de pessoas em Vale de Cambra é uma questão de defesa dos cidadãos de Vale de Cambra, atenuando as dificuldades que terão no ano de 2012, pois vão haver cortes em diversas áreas que enumerou.-----

O Sr. Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira de Matos informou que se vai abster na votação, concordando que não é este valor que vai determinar a fixação das pessoas em Vale de Cambra, pois as pessoas com mais dificuldade não pagam IRS. Pese embora 2012 seja um ano difícil, a Câmara Municipal manifestou manter o seu apoio às IPSS, fator importante tendo em conta que elas serão solicitadas cada vez mais.-----

A Sra. Dr.ª Célia Maria dos Santos Tavares referiu que, para além do que a Câmara Municipal já explicou e das propostas presentes à reunião de Câmara, parece evidente que este artigo 20.º da Lei das Finanças Locais é o que já foi apelidado de presente envenenado, é uma transmissão para os municípios da responsabilidade de baixar os impostos aos cidadãos. O cerne da questão cinge-se na participação variável em 5% do IRS e aos sujeitos passivos que tenham domicílio fiscal só no concelho. Perante esta possibilidade legal concedida aos municípios, atenta a conjuntura económico social que se vive, e as dificuldades vividas pelos Valecambrenses no seu dia a dia, o Município poderia aproveitar esta oportunidade para tomar uma medida populista e seria com certeza para o executivo camarário bem aceite e talvez objeto de grande e espampanante notícia nos jornais da terra, a redução em 5%, mas será que esta medida era uma medida acertada, justa e equilibrada? Em sua opinião não. Enquanto o Estado não permitir o escalonamento do IRS dos sujeitos passivos por força a que se possa definir equilibradamente o IRS de cada cidadão, é de opinião que a taxa máxima deve ser afetada aos municípios pois considera que definir uma taxa inferior ou não aplicar beneficiaria aqueles munícipes que têm um rendimento

2011.12.14

maior, porque aqueles com menor rendimento ou já não pagam ou também não tirariam nenhum proveito. Tomando essa medida o executivo estaria a beneficiar os Municípios de mais rendimentos.-----

Dirigindo-se ao executivo disse-lhe que aproveitem estes 5% de IRS para continuar com os incentivos, nomeadamente ao apoio institucional que bem vai precisar no ano de 2012 e designadamente o apoio social escolar, em livros, transportes escolares e no fornecimento de refeições aos alunos mais desfavorecidos.-----

Desafiou o PS a indicar quais as medidas que o executivo deveria deixar de apoiar para em contrapartida beneficiar os municípios com essa taxa de 5%.-----

O Sr. Presidente da Assembleia salientou que a Câmara presta apoio na área da ação social quando o Estado nem sequer passou tal competência para as Câmaras Municipais.-----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva em resposta à Sra. Dr.^a. Célia referiu que quem gere a Câmara são os Presidente e os Vereadores. Há muita coisa onde se pode cortar para apoiar a ação social e também os Valecambrenses. A questão é se se quer ou não ajudar os Valecambrenses. Ou vão ficar reféns das decisões do Primeiro Ministro que em março diz uma coisa, em junho mantém essa posição, e depois de ser eleito se esqueceu do que disse? Não se podem esquecer que as pessoas vão passar grandes dificuldades no ano de 2012, não sendo só a classe baixa ou média-baixa que vai sofrer, a classe média também vai sofrer. A perda de um ordenado num ano, é crítico. Há que ter consciência dos atuais problemas e tentar manter os apoios sociais do ano anterior.-----

O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa referindo-se à intervenção anterior, disse que o deputado municipal, Dr. João Pedro Bastos Silva traduziu de forma eficaz o pensamento Sócrático e a esse respeito disse em tom irónico que “Só sei

2011.12.14

que nada sei” acrescentando que o seu líder espiritual explicou ao País que a dívida não é para pagar.-----

Gerada alguma celeuma na bacada do PS, pelo interveniente foi dito que foram feitas críticas ao executivo governamental que por acaso é do PPD/PSD e do CDS/PP, mas que há menos de um ano o mesmo deputado e no mesmo local dizia que era preciso ter calma porque a situação era difícil e tinham de ter cuidado com as dívidas. Concluiu dizendo que em março o Primeiro Ministro era o Eng.º José Sócrates, não era o Dr. Pedro Passos Coelho. Compreende a razão do deputado municipal não ter referido uma única obra, pois o PS não faz parte do executivo, porque por alguma razão não foram eleitos.-----

No uso da palavra o Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva referiu que as obras serão discutidas no ponto do orçamento. Disse ao deputado municipal Dr. António Paulo Soares Barbosa que este estava a brincar com as palavras das pessoas, porque o que o ex-Primeiro Ministro disse foi claramente que seria impensável pagar a dívida toda de uma só vez e o atual Primeiro Ministro disse que aquele tinha razão quando ouviu essas declarações.-----

Relativamente ao assunto agendado, disse que mais importante que a redução ou não arrecadação desta participação, seria um sinal claro aos Valecambrenses de que estão perto deles e que estão cientes das dificuldades que vão enfrentar.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a participação do Município no IRS relativo a 2011, em 5% (cinco por cento), por maioria de dezoito votos a favor da bancada PPD/PSD, com dez abstenções da bancada do CDS/PP, do deputado municipal Independente e da bancada do PS, ficando os documentos respetivos apensos à ata da sessão.-----

Tendo sido apresentado um voto de protesto ao Presidente da Mesa da Assembleia, por parte do Sr. José do Nascimento Peres, Deputado Independente, o Sr. Presidente da Mesa passou a ler o mesmo: “Protesto contra

2011.12.14

a forma como V. Ex.^a tem gerido, designadamente hoje, o tempo do período de antes da ordem do dia.-----

Na verdade, hoje, em concreto, durou 50 minutos e vossa excelência, a partir de determinado momento resolveu não dar mais a palavra a qualquer deputado.-----

O tempo, por mim cronometrado, foi assim distribuído:-----

4 minutos – PS-----

15 minutos – CDS-----

31 minutos – Mesa, PSD e Câmara.-----

Como consequência, obriga muitas vezes, além do mais, deputados a recorrerem à figura de defesa da honra, por não terem outra possibilidade de se fazer ouvir.”--

4. LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE A COLETA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS (IRC) NO ANO DE 2011: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 29 de novembro, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, o lançamento de derrama sobre a coleta do imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC);-----

Tendo dado a palavra à Câmara Municipal, pelo Sr. Presidente foi dito que têm surgido muitos investidores industriais, que têm regressado em especial à Zona Industrial do Rossio. Esclareceu ainda que os industriais, apesar da aplicação de taxa de derrama ao IRC, preferem investir em Vale de Cambra do que Arouca. A taxa máxima é de 1,5%, sendo somente aplicada a comerciantes e industriais cuja faturação seja superior a 150.000,00€ e aos restantes será aplicada a taxa de 1%.-----

O Presidente da Assembleia referiu que antes de 1994 Vale de Cambra não tinha incentivos à fixação das empresas o que prejudicou o Município relativamente a Municípios vizinhos. Esta situação foi alterada nos anos seguintes mas a verdade é que neste momento Vale de Cambra perdeu os incentivos ao

2011.12.14

investimento industrial que retira a esta cidade, competitividade em relação a outros municípios.-----

Não havendo intervenções, o ponto foi colocado à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o lançamento da derrama fixando para o efeito as taxas abaixo discriminadas, a incidir sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC relativo ao ano de 2011, por maioria de dezoito votos a favor da bancada do PPD/PSD, com dois votos contra do deputado municipal do CDS/PP, Sr. Albano Oliveira Braga e Independente, Sr. José do Nascimento Peres e nove abstenções dos restantes elementos da bancada do CDS/PP e da bancada do PS, ficando os documentos respetivos apensos à ata da sessão:-----

- Empresas com volume de negócios até 150.000,00€ - 1%;-----

- Restantes Empresas – 1,5%-----

5.MAPA DE PESSOAL PARA 2012: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 29 de Novembro, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, o Mapa de Pessoal para 2012;-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, este referiu que o Mapa de Pessoal foi simplificado e que prevê apenas a possibilidade de admissão de onze funcionários como forma de acautelar aqueles que se irão reformar. Desses onze, oito são lugares pertencentes a pessoal que desempenha funções nas escolas e na proteção à floresta. Frisou que o gasto em 2011 foi de menos quinhentos e cinquenta e sete mil euros em relação ao ano anterior, significando que a Câmara Municipal está a garantir os gastos mínimos obrigatórios.-----

Dada a palavra aos deputados municipais registaram-se as seguintes intervenções:-----

O Eng.º Miguel Joaquim Moura Ferreira de Matos comentou que a previsão de redução de custos derivava do corte de subsídios de férias e Natal, podendo afirmar que a Câmara não fez uma redução por sua iniciativa mas sim por ter sido

2011.12.14

imposta, pois pensa que, após a comparação de números, há a ilusão de uma redução feita. Pensa que a Câmara no próximo ano não terá necessidade de admitir mais pessoal e que se deveria comprometer a não admitir mais pessoal.---

O Dr. João Pedro Bastos da Silva disse que a redução de quase seiscentos mil euros apresentada era justificada pelos cortes nos subsídios de férias e de Natal, questão que os preocupa porque o valor apresentado não espelha a verdadeira redução de custos nem um controlo na admissão de pessoal, e que dentro de sensivelmente três anos será reposto o pagamento dos subsídios, agora suspenso, devendo ser considerada a situação futura com uma forte contenção na admissão de pessoal.-----

O Dr. António Paulo Soares Barbosa disse, em nome da bancada do PSD, que não se corte nem em despesas de pessoal nem nas admissões, devendo a Câmara Municipal arranjar empregos para os valecambrenses pois não interessa reduzir custos com o pessoal porque o governo e a conjuntura europeia assim o decidiram.-----

O Sr. António Gomes leu a intervenção de um vereador do seu partido, constante da ata da reunião da Câmara Municipal, em relação aos custos com o preenchimento das 11 vagas, ficando esclarecido sobre o preenchimento efetivo das vagas, quando a resposta do Sr. Presidente da Câmara na mesma ata, apontou para um valor de cerca de sessenta e seis mil euros a partir de Maio.-----

O Sr. Presidente da Assembleia perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se perante a lei, havia autorização para a admissão de pessoal na Função Pública.---

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que, no ano de 2011, foram admitidos somente seis pessoas afetas às escolas, cujos contratos ultrapassavam três anos e, sendo estes necessários, não foram despedidos. Referiu que numa edição do Jornal de Negócios foi publicitada a pernilagem sobre a empregabilidade nas Câmaras a nível nacional, sendo a de Vale de Cambra de

2011.12.14

nove por mil e a média nacional, dezanove por mil, ficando esta entre as vinte que menos contrataram nos últimos três anos. Disse que em reunião referiu que apenas se permite a possibilidade de avançar com a contratação de funcionários, caso seja necessário, e que a concretização iria afetar cerca de sessenta mil euros, valor que corresponde somente ao período do ano de trabalho efetivo, tendo em conta que o procedimento de contratação demora cerca de quatro meses. Salientou, ao contrário do que se disse, que a redução nas despesas de pessoal não se deve às medidas anunciadas pelo Governo, porque esta medida só irá abranger alguns funcionários uma vez que a maioria dos funcionários ganha menos que mil euros. Existe a possibilidade de contratação de pessoal, sendo esta gerida pela regra de duas aposentações por cada admissão.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2012, por maioria de dezanove votos a favor da bancado PPD/PSD e Independente, com quatro votos contra dos deputados municipais da bancada CDS/PP, Dr.^a Sofia Almeida Silva Ferreira, Sr. António Gomes, Sr. Albano Oliveira Braga e Eng.^o Miguel Joaquim de Moura Ferreira Matos e seis abstenções da bancada do PS e dos deputados municipais do CDS/PP, Dr.^a Maria Silvina de A. Sá Vale Pissarra, Dr.^a Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, ficando os documentos respetivos apensos à ata da sessão;-----

6. ORÇAMENTO 2012 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012 / 2015:

Presente a deliberação da Câmara Municipal de 29 de novembro, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, o Orçamento 2012 e Grandes Opções do Plano para 2012/2015;-----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, este apresentou uma breve explicação destacando a redução de 5% em relação ao Orçamento do ano anterior. Do documento constam as obras em complemento da regeneração urbana com candidaturas ao QREN, a recuperação dos Paços do Concelho, obra

2011.12.14

estimada em novecentos mil euros, as vias variantes ao Parque da Cidade no valor de três milhões e setecentos mil euros, já adjudicadas, bem como a adaptação e melhoria da Escola do Búzio, na fase final do concurso, a Av. de ligação à Sr.^a da Saúde no valor de seiscentos mil euros e a recuperação da Av. Camilo Tavares de Matos, orçada num milhão e cem mil euros. -----

Informou que tudo aponta para que as obras a decorrer no ano de 2011 a 2012 com fundos comunitários serão apoiadas a 95% o que proporciona melhores condições para a sua conclusão e a suspensão de algumas obras, face à crise que se atravessa, é uma questão posta de parte exceto em relação à obra da Av. Camilo Tavares de Matos que será objeto de recalendarização conforme negociação a decorrer.-----

Na Educação, a Câmara Municipal gasta cerca de um milhão e seiscentos e vinte e nove mil euros, sendo ressarcido pelo Ministério da Educação o valor de quinhentos e sessenta e sete mil, havendo um déficit impossível de sustentar para as autarquias do interior. Realçou a diminuição do apoio às Juntas de Freguesia, transferência feita não por obrigação legal mas por estas colaborarem de uma forma positiva com a Câmara Municipal. A diminuição de apoios às associações será também um facto. Às IPSS não serão reduzidos os apoios porque o concelho deve ser solidário com os sacrifícios que os Valecambrenses irão sofrer durante o próximo ano. A iluminação pública já foi reduzida para se conseguir uma poupança, e na iluminação de Natal gastou-se um terço do ano anterior.-----

Dando a palavra ao Chefe da Divisão Financeira, Dr. Rui Valente, este apresentou resumidamente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, realçando as diferenças entre o Orçamento do ano passado e o Orçamento deste ano, destacando a diminuição de receitas correntes e de capital bem como a diminuição nas despesas correntes. Referiu as despesas de capital que representam em grande parte o valor das obras candidatadas onde se registou

2011.12.14

um aumento de valores em relação ao ano anterior. As despesas de capital referem-se a obras financiadas, bem como, transferências de capital e passivos financeiros tendo este último carácter de amortizações. As despesas correntes - as despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços e juros sofrerão uma diminuição. Diminuem também as transferências correntes e outras despesas correntes. Saliu os investimentos a realizar em 2012, sendo os valores referidos pelo Sr. Presidente da Câmara, valores correspondentes à totalidade das obras adjudicadas. Em relação ao Plano de Atividades da Câmara Municipal, destaca os transportes escolares, as transferências para as entidades de índole social, cultural e desportiva, para a AMTSM, para a concessão da limpeza urbana, recolha de resíduos sólidos urbanos e respetivo tratamento, as transferências para as freguesias. Saliu que o orçamento foi elaborado tendo por orientação o aumento da execução orçamental e a diminuição do endividamento através da gestão de equipamentos e materiais, da racionalização das despesas, do aumento da produtividade e das receitas cobradas.-----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que os valores apresentados tinham a ver com 2012 e que anteriormente se referiu ao valor da obra na sua globalidade. Realçou que mais uma vez o grande esforço a fazer pela Câmara Municipal face à Lei das Finanças Locais de 2007 será o de amortizar a dívida a longo prazo, que de vinte e cinco anos passou para dez e importa no valor de dois milhões e cinquenta mil euros acrescido dos respetivos juros. Este facto deixa pouca flexibilidade na gestão financeira pois serão necessários, de imediato, cerca de quatro milhões de euros tendo em conta o corte de um milhão e quinhentos mil euros resultantes dos dividendos PEC, além dos aumentos do IVA.-----

Dada a palavra aos deputados municipais presentes, foram registadas as seguintes intervenções:-----

2011.12.14

O Sr. António Gomes manifestou o seu voto contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano tendo em conta uma notícia publicada no jornal de Notícias do dia 12/12/2011 que refere que Lisboa retira cento e noventa e um milhões de euros aos restantes municípios do país. Lamenta que o seu voto de nada valha porque os deputados municipais de outras bancadas, incluindo os Presidentes de Junta iriam votar a favor, mas quis frisar que o anterior e atual executivo têm valorizado o investimento na Freguesia de Vila Chã, destacando algumas obras, todas elas pertencentes àquela freguesia, comparando a sua atuação à do Governo que o mesmo faz em Lisboa em relação ao resto do país. -----

Alertou que na Freguesia de S. Pedro de Castelões e noutras quase nada se tem feito, nem com fundos comunitários nem com verbas da Câmara Municipal, quando a repartição de obras por todas as freguesias seria a atitude correta porque todos pagam as suas taxas e impostos e seria bom refletir na questão porque a resposta dos eleitores pode ser a de retribuir este esquecimento quando se falar em eleições para as autarquias locais. Corrobora a posição da sua bancada, quando dizem que o valor da receita no Orçamento está empolada em onze milhões de euros.-----

O Dr. João Pedro Bastos da Silva referiu que os orçamentos empolados não dão uma real visão do que acontecerá no próximo ano. Disse que a receita certamente não ultrapassará o valor da despesa, questionando o facto de aprovar uma situação que vai gerar um endividamento para a Câmara Municipal. Pensa que deveriam ser mais aproximados os valores de receita e despesa. Pergunta onde se vão gastar vinte nove milhões e quais as despesas que poderiam ser cortadas.-----

O Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares comentou que as freguesias de Arões, Junqueira e Cepelos não foram contempladas quer no Orçamento para 2012 quer nas Grandes Opções do Plano para 2012/2015 com execução de

2011.12.14

obras, sendo apenas referida em 2013, a verba de cento e dezoito mil e quinhentos euros para recuperação do acesso à Casa da Tulha, em Cepelos. Referiu que a freguesia de S. Pedro de Castelões tem vários equipamentos e embora não seja contra, acha que as outras freguesias deveriam também ser beneficiadas com algumas infraestruturas. Referiu que a freguesia de Arões é aquela que reúne as melhores condições naturais para ter uma praia fluvial porque existem três cursos naturais, Rio Teixeira, Rio de Arões e Rio de Cabrum. Em S. João da Serra, fizeram a Praia do Vau e perdeu-se a oportunidade de fazer o mesmo do lado de Vale de Cambra, desconhecendo a razão de ter ficado sem efeito a infraestrutura que chegou a ter uma placa indicativa de execução da obra financiada por cerca de trinta mil contos. Quanto ao saneamento, existia um compromisso com a comunidade europeia para que o país tivesse essas infraestruturas em todo o território, sendo que, findo o ano de 2011, o concelho de Vale de Cambra está muito aquém, havendo locais onde existe a canalização, mas não estando em uso, vendo-se a sua degradação. Lembra que a ADRIMAG lançou um projeto para o efeito, abrangendo os municípios dependentes desta e, no concelho de Arouca e S. Pedro do Sul houve aproveitamento desse projeto, para a ligação da água e saneamento à maioria das suas freguesias. Em Vale de Cambra não foi aproveitado esse recurso. Quanto à sua análise às Grandes Opções do Plano referiu o valor total previsto para as Praias Fluviais de trinta mil e cinquenta euros. Referiu que são mencionadas verbas para o saneamento, ligação de esgotos, tratamento e concessão de recolha de resíduos sólidos mas, tudo situações já existentes. Quanto à ligação de esgotos, nem sempre esta é possível aos contribuintes mesmo passando na sua rua a respetiva conduta por não se encontrar em funcionamento. Em Arões, referiu o restaurante Mirafreita como um dos que precisa de efetuar a ligação entre muitos que até pagariam se fosse preciso para terem a ligação ao saneamento efetuada. Se o saneamento

2011.12.14

existisse existiria menor contaminação de água e as fontes públicas seriam beneficiadas com água mais pura para utilização da população. Os custos de construção de furos ou foças é elevado e pensa que a Câmara Municipal não só deve manter o que já possui mas também prever num futuro próximo o alargamento da ligação de saneamento a todas as zonas, independentemente de poder vir a existir uma empresa para o efeito. Admite que esta opção tenha sido tomada por falta de dinheiro. Lembrou, no entanto, uma frase que o nosso amigo Sr. Dr. Eduardo referia muitas vezes “se houver vontade há sempre dinheiro para se fazer. É tudo questão de opção e vontade”.-----

Terminou com a leitura de um excerto da entrevista dada pelo Sr. Dr. Castro Almeida, Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira, ao Jornal de Notícias, em 28.11.2011: “Obras encravadas? Não há obras encravadas pela crise em S. João da Madeira. “Devem andar a enganá-lo, provoca Castro Almeida. Porquê? Quase todos os investimentos que hoje se fazem são financiados pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e este não diminuiu, pelo contrário, aumentou. A esmagadora maioria dos municípios ainda não viu limitada a capacidade de fazer obra pública. E vai continuar a ser assim, enquanto houver FEDER”, assegura. Ou seja, “com o FEDER a pagar 90% das obras, como está prometido, e com as autarquias a poderem recorrer ao crédito para pagar os 10% restantes”, não há limitações. Só não faz quem não quer.-----

O Sr. Manuel de Sousa Pinho comentou que o Sr. Presidente da Câmara se referiu à existência de uma adaptação no apoio às associações e juntas de freguesia proporcional às transferências da Administração Central para a Autarquia. Questiona se essa redução era a já anteriormente prevista para o ano 2011/2012 ou se seria uma nova redução. As reduções nos últimos dois anos foram bastante significativas registando um decréscimo nos subsídios correntes

2011.12.14

de 12 a 13 % entre 2010/2011 e de 22% entre 2011/2012; os subsídios de capital sofreram uma redução de cerca de cinquenta por cento. Quanto aos subsídios atribuídos às associações desportivas para a época de 2011/2012 ficaram em noventa e um mil euros em termos de transferências correntes e oito mil em transferências de capital. Ao serem novamente reduzidos os valores será prejudicada a juventude que deixará de ter formação desportiva. O movimento associativo cambrense era dinâmico em todo o concelho, o que não acontece agora, com prejuízo para os jovens dos arredores do centro da cidade. Com a atual situação está a ser difícil aceitar qualquer cargo de direção numa associação o que leva à cessação de atividade de muitas delas.-----

Quis saber a data das transferências para as associações e alertou que as habituais despesas têm tido aumentos como qualquer outra entidade.-----

O Sr. António Paulo Soares Barbosa sugere de forma irónica, a passagem da sede do concelho para Arões para que se façam mais obras em Arões. Sugeriu ainda que o próximo orçamento apresente um saldo credor, com saldo positivo derivado de uma atividade municipal lucrativa, tal como uma empresa. Pediu informação sobre o valor da comparticipação das obras referidas pelo Sr. Presidente da Câmara no intuito de saber qual o resultado a obter após ser retirado aquele investimento. Referiu que as reduções das comparticipações para as freguesias e associações são um facto. Realçou a posição assumida pelos vereadores da oposição quando referiram em reunião que em vinte e nove milhões de euros poderiam ser poupados quinhentos e sessenta e oito mil e trezentos euros. De acordo com a oposição, as despesas com educação, ação social e transportes escolares deveriam ser aligeiradas, sendo a questão da despesa com recursos humanos ultrapassada. Pediu que especificasse o adiamento ou a suspensão de algumas obras que referiu.-----

2011.12.14

O Sr. António Fernando de Pina Marques falou da crise e do que se pode fazer em termos de racionalização das despesas constantes do orçamento. Parabenizou a Câmara Municipal pela elevada sensibilidade social porque as diversas situações entre elas, o aumento do IVA nas suas várias vertentes e o crescimento dos casos de carência social, colocam as instituições sociais em situações antagónicas. Referiu que a Câmara Municipal apesar da perda de capacidade financeira e da necessidade de amortizar dívida, ao manter os apoios demonstra um grande esforço de âmbito do apoio social. Os casos de carência social aumentam e surgem dificuldades com os créditos bancários sendo feito um esforço acrescido. A situação não é fácil e o governo anterior também deu apoios às instituições de solidariedade social sendo esta uma batalha a enfrentar por todos.-----

O Dr. Manuel Augusto de Bastos Carvalho, a propósito de intervenções anteriores, deixou uma retificação histórica quanto ao projeto da ADRIMAG, Portas da Freita, candidatura no âmbito de recuperação de Centros Rurais, destinada a aldeias com características de ruralidade mais acentuada, do município de Arouca e Vale de Cambra, tendo sido contemplada a Aldeia da Felgueira e Cabrum. Referiu ainda que o Orçamento em discussão contém obras em todo o município, sendo todas as freguesias contempladas, sendo o endividamento nele evidenciado, resultado de obras desde há dez anos atrás feitas em várias freguesias do município.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que os Paços do Concelho são o edifício emblemático e referenciado do Município e que a Av. Camilo Tavares de Matos é em Vila Chã e S. Pedro de Castelões, sendo a Escola do Búzio em Macieira de Cambra, e que brevemente será uma referência de toda a urbe onde se inclui o agrupamento Vertical do Búzio. Quanto ao Parque da Cidade, este irá ser também uma referência para os munícipes e um cartão de visita do concelho,

2011.12.14

atrativo para quem nos visita. Quanto ao orçamento, referiu que além da receita do FEF de vinte milhões, a Câmara possui bens suficientes para cobrir o Orçamento. A classificação orçamental é a legal e por isso nele devem constar todos esses elementos, inclusive o da dívida a pagar. Pode-se sempre reduzir as obras, embora a desistência possa implicar o não desenvolvimento de obras importantes para o concelho.-----

Achou injustas algumas abordagens ao orçamento porque a Câmara Municipal já debateu o tema da empresa municipal noutras sessões e as verbas para explorar a água e esgotos foram suspensas por se aguardar a escolha do parceiro privado. Não se podem comparar obras de saneamento e água feitas por municípios vizinhos sabendo que aquelas resultaram de parcerias público/privadas com a empresa Águas do Douro e Paiva. Não se revêm de modo algum no discurso de que não se faz obra por falta de vontade, porque nesta conjuntura os fornecedores não têm condições financeiras para esperar pelos pagamentos.-----

Sobre o movimento associativo, informou que os seus dirigentes foram informados em reunião realizada no edifício da Câmara Municipal sobre as verbas que poderiam utilizar até Junho do próximo ano, verbas essas que, apesar das dificuldades financeiras, serão mantidas conforme acordado nessa reunião.-----

Logo após essa reunião fez a transferência de mais uma tranche da dívida às associações. Em junho reunirá novamente com as mesmas, pois não é previsível que seja possível continuar esse apoio. -----

De seguida, referiu estar a estabelecer contactos para saber se o adiamento da obra da Av. Camilo Tavares de Matos implica a perda dos fundos comunitários. Se não puser em causa os mesmos, a obra será adiada para janeiro de 2013, caso contrário a situação terá de ser reavaliada. Entende que não é altura para perder nove milhões de euros dos fundos comunitários. Convidou os deputados municipais a apresentarem propostas concretas para a redução do orçamento.

2011.12.14

Garantiu que se necessário for, perante as dificuldades que se provêm para 2012, abdicarão do que for necessário para pôr mão a situações de calamidade social que possam vir a surgir. O bem das pessoas estará acima de qualquer bem material. A taxa de desemprego dá alguma tranquilidade, mas ainda assim estão a apoiar pessoas que tendo emprego não conseguem pagar os seus compromissos.-----

O Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares esclareceu que anteriormente referiu a existência de um projeto semelhante ao Portas da Freita para o lado de S. Pedro do Sul, o qual obviamente tinha outro nome. Perguntou ao Dr. Manuel Augusto Bastos Carvalho, que na altura era o Vereador responsável da área, porque é que na altura não foi feito o saneamento na Felgueira e Cabrum, já que Arouca o fez em todas as aldeias que confinam com estas na zona da Freita. Esclareceu que a expressão “só não faz quem não quer” era uma citação de um excerto da entrevista do Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira de 28-11-2011 ao JN, a qual referiu por entender que se adapta a esta situação.- - Ao Dr. António Paulo Soares Barbosa, disse não querer que a Câmara vá para Arões, e que aquele ainda está dorido da Câmara ter sido deslocalizada de Macieira de Cambra.-----

Sobre o saneamento na Felgueira, referiu que já há muitos anos o Sr. Presidente da Câmara estabeleceu com ele contactos para ajudar na questão do saneamento. Numa visita a Arões, o Sr. Presidente da Câmara, o Vereador Dr. José Pedro Vieira de Almeida e um engenheiro da Câmara indicaram-lhe o local onde a máquina do saneamento seria colocada e solicitaram a sua ajuda na cedência dos terrenos necessários. Face a esse pedido, fez muitas diligências para a concretização do projeto e até ao momento nada foi feito.-----

2011.12.14

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que relativamente ao que disse continua a dizer que é verdade o que disse sobre o projeto Portas da Freita, havendo documentos que reportam isso.-----

Posto o ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar o Orçamento 2012 e Grandes Opções do Plano para 2012/2015, por maioria de dezassete votos a favor da bancada do PPD/PSD, com dez votos contra, sendo cinco da bancada do CDS/PP, quatro da bancada do PS e um do deputado municipal Independente, e duas abstenções do Sr. Manuel Domingos da Costa Tavares (PPD/PSD) e Eng.º Miguel Joaquim de Moura Ferreira Matos (CDS/PP), ficando os documentos respetivos apensos à ata da sessão;-----

Ausentou-se a deputada municipal, Dr.ª Célia Maria dos Santos Tavares.-----

7. ALIENAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DETIDA NA EMPRESA

“MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO,

S.A.”: Presente a deliberação da Câmara Municipal de 29 de novembro, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, a alienação da participação financeira na empresa “MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação”:-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que a Câmara é associada da Município há cerca de 15 anos. Esta empresa era então pioneira no sistema de informação geográfica, havendo pouca experiência nessa área por parte da Autarquia pelo que se tomou a decisão de integrar a mesma tal como dezenas de concelhos. Neste momento, estando o Sistema de Informação Geográfico implementado e sendo esta Autarquia detentora do *know how*, não há mais valia em permanecer na mesma, até porque de há uns anos para cá tem vindo a apresentar prejuízo. Algum serviço que venha a ser preciso poderá ser-lhes solicitado e será pago como qualquer outro serviço prestado. Assim, propõe-se a alienação da participação financeira deste Município na empresa Município.-----

2011.12.14

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a alienação da participação financeira detida na empresa Municípa – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., por maioria de vinte e sete votos a favor, com a abstenção do Sr. Albano Oliveira Braga (CDS/PP), ficando os documentos respetivos apensos à ata da sessão;-----

Ausentou-se da sessão o Sr. António Gomes;-----

Ausentou-se da sessão o deputado municipal, Dr. António Fernando de Pina Marques, por se encontrar impedido de apreciar e votar o ponto que se segue.-----

8. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA EXPROPRIAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO PARA A OBRA “RECUPERAÇÃO DO CENTRO URBANO – AV.ª CAMILO TAVARES DE

MATOS”: Presentes as deliberações da Câmara Municipal de 2 e 29 de novembro de 2011, submetendo à aprovação da Assembleia Municipal, a declaração de utilidade pública para expropriação de parcelas de terreno para a obra “Recuperação do Centro Urbano – Av.ª Camilo Tavares de Matos”;-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que para levar a efeito as obras na Av. Camilo Tavares de Matos, a Câmara entende que será necessário proceder à ligação da Rua das Regadinhas, atualmente sem saída, até ao Mercado Municipal, numa extensão de cerca de 30m. Assim, o trânsito vindo de S. Pedro de Castelões seria encaminhado na rotunda do Mercado e seguiria por essa rua até à Rua do Hospital. Infelizmente, pese embora ser um pequeno troço de estrada não foi possível chegar a acordo amigável tendo ele próprio liderado esta negociação por proprietário ser um idoso, contudo este não aceitou a proposta da Câmara, tendo em contrapartida solicitado valores que são desprovidos de razão. Como tal solicita-se à Assembleia Municipal que se aprove este pedido para posterior posse administrativa.-----

2011.12.14

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria dos vinte e quatro votos a favor, com a abstenção dos deputados municipais, Sr. Albano Oliveira Braga e Eng.º Miguel Joaquim de Moura F. Matos da bancada CDS/PP, conforme proposta da Câmara Municipal, declarar a utilidade pública para expropriação e autorizar a tomada de posse administrativa (enquanto providência indispensável para o seu início dos trabalhos, conforme dispõe o n.º 1 do art.º 19º do Código das Expropriações), com carácter de urgência (em virtude das parcelas se destinarem à execução de projeto com financiamento comunitário aprovado, conforme estatui o n.º 2 do art.º 15 do Código das Expropriações) - ao abrigo do disposto dos preceitos conjugados do Código das Expropriações (Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro e republicado pela Lei n.º 56/2008, de 4 de Setembro) e, bem assim, ao abrigo do Regime Especial de Expropriações, estatuído pelo Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de Novembro (em virtude da aprovação da candidatura a cofinanciamento) - das seguintes parcelas de terreno:-----

- Parcela n.º 2 – Uma parcela com a área de 43,53 m2 do prédio urbano (prédio em propriedade total com andares ou divisões susceptíveis de utilização independente – uma casa formada por r/c amplo e 1º andar, 1 habitação com cozinha e sala, 3 quartos, hall de entrada e quarto de banho) com a superfície coberta de 120 m2 e logradouro de 1000 m2, a confrontar a norte com Abel de Bastos, a nascente com Lavadouro Público, a sul com Manuel Luís Valente e a poente com António Augusto Valente, inscrito na respetiva matriz predial da freguesia S. Pedro de Castelões, Município de Vale de Cambra, sob o artigo n.º 2369º, omissa na Conservatória do Registo Predial de Vale de Cambra e na Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Azeméis. O prédio é propriedade de António Albino de Pina e esposa Maria Isabel Soares Rodrigues, residentes na Rua do Hospital, S. Pedro de Castelões, 3730-250 Vale de Cambra;-----

2011.12.14

- Parcela n.º 3 – Uma parcela de terreno com a área de 28,95 m², propriedade de Rufino Rodrigues e esposa Laura Soares Ribeiro, residentes na Rua do Hospital, S. Pedro de Castelões, 3730-250 Vale de Cambra. Apesar de se conseguir identificar os proprietários da parcela, não foi possível, não obstante as diligências realizadas, nomeadamente junto daquelas, obter a identificação da parcela com carácter de certeza, através da menção das descrições e inscrições na respetiva Conservatória e das inscrições matriciais, procedendo-se nessa medida à sua identificação através de planta parcelar contendo as coordenadas dos pontos que definem os limites da parcela a expropriar reportada à rede geodésica, planta anexa à presente deliberação e que dela é parte integrante para os devidos efeitos;-----
- Parcela n.º 4 – Uma parcela com a área de 277,56 m² propriedade de Rufino Rodrigues e esposa Laura Soares Ribeiro, residentes na Rua do Hospital, S. Pedro de Castelões, 3730-250 Vale de Cambra. Apesar de se conseguir identificar os proprietários da parcela, não foi possível, não obstante as diligências realizadas, nomeadamente junto daquelas, obter a identificação da parcela com carácter de certeza, através da menção das descrições e inscrições na respetiva Conservatória e das inscrições matriciais, procedendo-se nessa medida à sua identificação através de planta parcelar contendo as coordenadas dos pontos que definem os limites da parcela a expropriar reportada à rede geodésica, planta anexa à presente deliberação e que dela é parte integrante para os devidos efeitos. Ficam apensos à ata da sessão os documentos respetivos.-----

Reentrou na sessão o deputado municipal, Dr. António Fernando de Pina Marques.-----

9. DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL: O Sr. Presidente da Assembleia disse que este é um assunto que está em cima da

2011.12.14

mesa, todos o discutem, designadamente os meios de comunicação. Poderá a Assembleia Municipal partir daqui prever a discussão deste assunto. Não tem muito a dizer porque entende que será a Assembleia Municipal a dizer o que fazer com este ponto. É importante falar sobre o assunto e pronunciar-se por antecipação, antes que as decisões sejam tomadas sem que o Município possa ter tido pelo menos uma discussão séria sobre este assunto. -----

Conhecendo bem o Município desde que foi instalado o poder local democrático pode dizer que todas as Freguesias foram necessárias para atingir o grau de desenvolvimento que o concelho tem hoje. Mencionou tempos antigos em que as pessoas não entendiam ou reconheciam o Município, quer quando estava em Macieira ou em Vale de Cambra, em termos de serviços prestados à população. Foi com o trabalho das nove Freguesias que se chegou onde se está hoje. A verdade é que as Freguesias têm eleição própria, são eleitas por sufrágio direto, com lista própria. Por conseguinte tudo isto merece uma discussão cuidada de forma que o Município acautele os seus interesses, se é que o pode fazer ou deva fazer. Dispôs-se a marcar uma sessão extraordinária se hoje não sair daqui nenhuma deliberação, em virtude do calendário a cumprir ser o mês de janeiro. Acrescentou que esta Reforma não tem só a ver com as Freguesias, mas também com a Lei das Finanças Locais, o Pessoal Dirigente da Câmara Municipal e não só, e nestes casos específicos solicitou contributos da Câmara Municipal para este assunto. -----

Acrescentou que as Finanças Locais foram aprovadas em 1978 e deram origem ao desenvolvimento do poder local. Foram fundamentais para mudar o País mas tem um problema sério que ainda hoje trás consequências graves. Não foi feito o levantamento das necessidades, colocando-se todos os Municípios em igualdade de condições o que provocou desequilíbrios urbanos e desigualdades no desenvolvimento do país.-----

2011.12.14

No uso da palavra o Sr. Dr. Almerindo Tavares da Costa dos Santos informou que esta já tomou posição sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local, no dia 13 de Dezembro. Passou de seguida a ler a tomada de posição da Junta de Freguesia de Vila Cova de Perrinho, bem como a sua posição pessoal sobre o assunto, documentos que entregou por escrito e se apensam à presente ata para os devidos efeitos. -----

O Sr. Manuel Correia de Campos referiu que face ao conteúdo existente no atual Documento, acha não haver o risco da Freguesia ser anexada. Disse que é solidário com a posição tomada pelas restantes Freguesias e que, a concretizar-se qualquer anexação, fará tudo para que a Freguesia fundada antes do tempo de D. Dinis, se mantenha. Disse que enviou documentos para o Instituto Nacional de Estatística com as confrontações de Codal com a freguesia de Carregosa e que de 1903 a 1943 tiveram anexada a freguesia de Vila Cova de Perrinho, desejando que esta se mantenha como está atualmente. Disse que as Freguesias de Codal, Macieira de Cambra e Vila Chã têm todas a mesma referência, os mesmos critérios, ficando sem compreender como é possível juntar numa freguesia, quatro freguesias de um concelho vizinho que ficará com maior população do que Vale de Cambra. Pediu à Assembleia que não permita que nenhuma freguesia deste concelho seja anexada a outra.-----

O Sr. Jorge Tavares da Costa lembrou que o Documento existe porque a *Troika* disse que se deviam eliminar mil e tal Freguesias e que o acordo foi assinado pelo CDS/PP, PSD e PS. Em alguns Países não existem Freguesias mas sim pequenos Municípios e acha que ou ficam todas as nove Freguesias ou então que acabem com todas. Referiu que existem 77 Municípios com menos população que a sua Freguesia, exemplificando com Barrancos que tem 1840 pessoas e S. Pedro de Castelões tem 7252, não contando com a população de Baralhas cerca de 300, que também são eleitores em S. Pedro de Castelões. Barrancos só com

2011.12.14

uma freguesia recebe 163.000,00€ e S. Pedro de Castelões recebe 83.000,00€. São João da Madeira tem só uma freguesia e recebe 256.000,00€. Pensa que se deveria fazer uma reforma completa e resolver situações como a de Arrifaninha, das Baralhas, Carregosa assim como outras situações noutros concelhos. Lamentou que a ANAFRE tenha emitido uma lista de freguesias em desacordo com a realidade. É solidário com todos os Presidentes de Juntas que venham a ter problemas de anexação.-----

O Sr. João Pedro Costa disse que tal como os colegas das freguesias que a reforma do poder local deve manter as Juntas de Freguesias uma vez que estas junto com o Presidente são o espelho da população, precisam de identidade e de ser salvaguardadas. Entende que todas as Freguesias deverão ser mantidas. Após a reunião da Assembleia de Freguesia fará chegar a tomada de posição da Freguesia de Macieira de Cambra sobre o assunto. -----

O Sr. Dr. João Pedro Bastos Silva propôs, dada a importância e sensibilidade da temática e do tempo que têm, a marcação de uma Assembleia extraordinária para discussão desta reforma administrativa e ver a melhor solução para o concelho. Também não concorda com a solução de regra e esquadro Lisboa pois enquanto concelho temos particularidades.-----

O Sr. Albano Oliveira Braga disse que segundo o resultado dos Censos, Vale de Cambra tem uma população de 22862 e os cadernos leitorais apontam para 22672 eleitores, sabendo que a população dos 0 aos 18 é cerca de 3800, entende que há algo que não bate certo. Entende que neste discussão também se deverá abordar este assunto.-----

O Sr. Dr. António Fernando de Pina Marques referiu sentir que a população Portuguesa, nomeadamente nas freguesias, foi traída ao mais alto nível pelo poder político. A conjuntura económica internacional e o desgoverno da Administração Central nos últimos anos levou à contingência da *troika* e assunção

2011.12.14

pelo governo anterior e os atuais partidos no poder, de reformas estruturais com que nos confrontamos e que o atual governo terá de pôr em prática. Concordando que no contexto do todo nacional se justificará uma reestruturação do poder local sem que isso represente perdas de relevo para a população face às contingências nacionais, como será o caso das grandes cidades como Lisboa, Porto e outras, no tocante aos concelhos de maior pendência rural esta reestruturação deveria atender a circunstâncias locais de relevo. Destas destacou: A dispersão dos aglomerados populacionais; A inexistência de transportes públicos adequados às necessidades quotidianas dos cidadãos em geral; A identidade histórica e cultural cimentada ao longo dos séculos. Acresce que, os órgãos autárquicos em exercício não assumiram aquando da sua eleição, perante as populações, quaisquer compromissos de que resultasse a extinção de freguesias. Razão por que devem ser ouvidos os respetivos representantes dos órgãos autárquicos eleitos por sufrágio direto, universal. Do exposto se retira que a Assembleia Municipal deverá previamente ouvir os órgãos eleitos das nove freguesias – juntas e assembleias - convocadas para o efeito, tendo em vista uma Assembleia Municipal extraordinária para a tomada de posição do Município sobre eventual reestruturação do poder local em Vale de Cambra.-----

O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa entende que esta reforma que peca por defeito e não por excesso. A reforma deveria indicar os objetivos que se pretendem alcançar e como vão funcionar os Órgãos Autárquicos depois da reforma. Se os Presidentes de Junta soubessem já como iria funcionar depois, estariam esclarecidos e a opinião poderia não ser a mesma. Não vê a maioria a aceitar a extinção ou agregação com outra Freguesia. Mas também não está claro que seja assim. Concorda com a proposta do Dr. João Pedro, aliás como já havia também referido o Sr. Presidente da Assembleia, impõe-se uma sessão extraordinária. É a Assembleia Municipal que vai tomar a decisão e quanto mais

2011.12.14

informada for a proposta de deliberação melhor resultado e maior alcance a mesma terá. -----

O Dr. João Pedro Bastos Silva insiste em que se marque uma sessão extraordinária uma vez que é uma temática demasiado importante para debater nesta hora. Entende que essa sua proposta deveria ser votada.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, na sequência da intervenção do Sr. Dr. Almerindo Santos, esclareceu que a Câmara Municipal não tomou qualquer posição sobre a Reforma da Administração Local. A Câmara comunicou ao Sr. Secretário de Estado da Economia que não entendia como é que em termos industriais a Zona Industrial do Rossio não era de interioridade e do outro lado da estrada já era de interioridade, e que se solicitava que a Freguesia de Vila Cova de Perrinho tivesse o mesmo tratamento que a outra freguesia de Arouca.-----

Sobre o tema em discussão, referiu que a Reforma Administrativa tem vários eixos de atuação – o sector empresarial local, a harmonização do território, a gestão municipal, intermunicipal e o financiamento e a democracia local. É bem mais vasto do que se está aqui a sectorizar. Entende que o Governo espera dos Municípios sugestões sustentáveis. No caso da aprovação do Documento tal como está, no caso concreto de Vale de Cambra serão agregadas as Freguesias de Codal e de Vila Cova de Perrinho. Outra questão fundamental estabelecida neste Documento é a existência de uma única lista para a Assembleia e a Câmara, sendo que a pessoa mais votada da lista passa a ser o Presidente da Câmara. Depois de formada a Assembleia, vai aí escolher os Vereadores e será constituída uma equipa homogénea. Nesta questão as opiniões divergem e também ele entende que o executivo não deverá ser homogéneo, pois se assim for deveria poder ir buscar à sociedade civil estes colaboradores e não a um grupo político formado. Os Municípios estão também frontalmente contra na questão do Governo limitar o número de dirigentes que têm. O Documento prevê

2011.12.14

a atribuição de novas competências à Assembleia Municipal, mas ainda não se sabem quais são, o mesmo acontecerá no caso das Áreas Metropolitanas. -----

Espera que o objetivo desta reforma não seja apenas financeiro.-----

Entende que o assunto terá de ser bem debatido em todas as suas vertentes, não se deverá debater apenas a questão das Juntas de Freguesia.-----

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que a Junta Metropolitana do Porto entende que o executivo não deve ser homogéneo.-----

No que se refere à marcação da sessão extraordinária pretende-se que primeiro os Órgãos Deliberativo e Executivo das Freguesias comuniquem a sua posição, para depois se convocar a sessão com uma antecedência de 5 dias sobre a data da sua realização, pretendendo-se a realização na primeira quinzena de janeiro.

Solicitou a máxima urgência aos Srs. Presidentes da Junta neste respeito. No que se refere às outras áreas solicitou à Câmara e restantes Deputados Municipais que vejam o Documento com atenção e tragam depois os seus contributos.-----

10.PARECERES EMITIDOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou a retirada deste ponto uma vez que seguiu para os Srs. Deputados apenas a ata, faltando o teor dos respetivos Pareceres. -----

O assunto foi retirado de apreciação.-----

11. APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL: Nos termos da alínea e) do artigo 53.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, encontra-se presente para apreciação, informação escrita de 7 de Setembro 2011, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e respetiva situação financeira.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que o momento era o correto para se falar sobre a atividade do Município. Seria a altura indicada para falar de

2011.12.14

muitos dos assuntos que não puderam ser abordados no PAOD, sugerindo que a Assembleia usasse então os dez minutos do tempo em falta no PAOD e ainda o tempo que fosse necessário.-----

O Sr. Albano Oliveira Braga sobre a aquisição do lote 35 abordado no PAOD referiu que os processos entregues estão em segredo de justiça pelo que não pode tecer comentários sobre a matéria.-----

O Sr. Dr. António Paulo Soares Barbosa pediu desculpa pela interrupção no PAOD quando o Sr. António Gomes pediu para defender a honra, explicando que só se justifica a defesa da honra quando a pessoa é nomeada, diretamente visada ou citada. Referiu que o Sr. Peres falou na cronometragem mas que tal não pode ser somado porque a Mesa e a Câmara falaram mais tempo que a bancada do PSD.-----

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a chamada de atenção do Sr. Peres e disse ter percebido com isto que os Deputados usam a Defesa da Honra para “furar” os sessenta minutos previstos para o Período de Antes da Ordem do Dia.- -

12. APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e um deputados municipais presentes, aprovar a minuta da ata da presente sessão.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 84.º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO: Não se registaram intervenções.-----

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e duas horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos secretários.-----

O Presidente _____

2011.12.14

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário _____

Este texto respeita o novo acordo ortográfico-----
